



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul  
*Campus Restinga*  
Comissão de Gerenciamento de Ações de Extensão

PARECER Nº 001/2021/CGAE/RESTINGA/IFRS

Porto Alegre, 22 de abril de 2021.

**Número do processo: 23369.000059/2021-67**

**Interessado: Conselho do *Campus Restinga***

**Assunto: Alteração no Regimento Interno da Incubadora do *Campus Restinga***

#### RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação da Direção-geral, através do Ofício nº 078/2021/GAB/RESTINGA/IFRS, sobre a pauta do Conselho de *Campus* acerca de alteração no Regimento Interno da Incubadora do *Campus Restinga*, Processo 23369.000059/2021-67, de acordo com o Art. 14 do Regimento Interno do Conselho de *Campus*.
2. Junto ao Processo, a comissão recebeu a proposta de novo regimento, as Ordens de Serviços do Grupo de Trabalho responsável, e o atual Regimento da Incubadora, Resolução 028/2015.

#### FUNDAMENTAÇÃO

3. O Processo foi analisado com base na Política de Extensão do IFRS, [Resolução IFRS 058/2017](#).
4. Verificou-se que o novo regimento está de acordo com a Política de Extensão contemplando as seguintes dimensões:
  - a) Desenvolvimento Tecnológico: ações que visam a geração e o aperfeiçoamento tecnológico de produtos e processos, com interface de aplicação no mundo do trabalho, considerada a responsabilidade social e ambiental da Instituição;
  - b) Ações Sociais: conjunto de iniciativas, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e aplicadas na interação com a sociedade e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, a geração de oportunidades e a melhoria da qualidade de vida; e
  - c) Empreendedorismo e Associativismo: difusão e aplicação dos conhecimentos e práticas para a formação da cultura empreendedora e do associativismo, com ênfase no cooperativismo.
5. Constatou-se que o regimento não prevê para o Comitê Gestor:
  - a) implicações para faltas não justificadas nas reuniões e não participação

ativa de seus membros;

- b) periodicidade das reuniões; e
- c) carga horária mínima de dedicação dos membros.

#### CONCLUSÃO

6. Esta comissão é **favorável** à aprovação deste regimento, mediante as seguintes recomendações:

- a) definição de implicações para os membros do Comitê Gestor em casos de faltas não justificadas nas reuniões e não participação ativa da gestão; e
- b) o Conselho Deliberativo deve definir e constar no Edital de seleção a carga horária mínima exigida para os membros do Comitê Gestor e suas funções.

Coordenador da CGAE  
Portaria 041/2021